



---

## **ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

*ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY IN PUBLIC RECORDS AND LIBRARIES: THEORETICAL AND LEGAL ASPECTS IN THE BRAZILIAN CONTEXT*

---

### **Manoel Victor da Costa Carvalho**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2774-9233> .  
E-mail: [manoelvictorcc@gmail.com](mailto:manoelvictorcc@gmail.com)

### **Tiago Braga da Silva**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8702-2541>.  
E-mail: [tiagobragadasilva@gmail.com](mailto:tiagobragadasilva@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre acessibilidade arquitetônica em Arquivos e Bibliotecas públicas, traçando um paralelo entre o direito de acesso à informação e seu impacto na inclusão social de pessoas com deficiência no Brasil. A pesquisa é bibliográfica e documental, visto que realiza levantamento bibliográfico acerca dos temas: inclusão social de pessoas com deficiência, acessibilidade e funções sociais dos Arquivos e Bibliotecas, além de analisar a Lei Nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação no Brasil, e a Lei Nº 13.146/2015, que institui o estatuto da pessoa com deficiência no Brasil. Os temas relativos à acessibilidade constituem uma das principais diretrizes norteadoras dos debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Diante de um cenário de mais de 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2010), constata-se que existem desafios a serem superados para que esse coletivo usufrua plenamente de seus direitos e garantias fundamentais, em condições de igualdade com as demais pessoas. Dentro do bojo dos direitos fundamentais a todos os cidadãos está o acesso à informação pública assegurado pela Lei Nº 12.527/2011, sendo a publicidade das informações um dos princípios da administração pública, definido no artigo 37 na Constituição Federal Brasileira de 1988. Diante dessa perspectiva, é possível identificar que grande parte das informações estão reunidas em livros e documentos produzidos e custodiados por instituições públicas, dessa forma, para que esses acervos cumpram com sua função social de difusores de informação é necessário que os espaços que os abrigam possuam as condições mínimas para gestão, armazenamento e acesso aos seus conjuntos documentais

158



arquivísticos e bibliográficos, indispensáveis à prestação dos serviços à população. Isso posto, proporcionar espaços adequados para leitura, estudo e pesquisa, também significa viabilizar acesso à informação pública, além de possibilitar a democratização do conhecimento científico. Nesse sentido, infere-se que Arquivos e Bibliotecas se caracterizam como espaços de exercício da democracia, portanto devem seguir as prerrogativas da Lei Nº 12.527/2011 e da Lei Nº 13.146/2015, levando em consideração as condições de acessibilidade arquitetônica aos locais onde as informações públicas se encontram.

**Palavras-Chave:** Acesso à informação. Pessoa com deficiência. Acessibilidade arquitetônica. Arquivos. Bibliotecas.

## ABSTRACT

The present research aims to reflect on architectural accessibility in Public Records and Libraries, create a parallel between the right of access to information and its impact on the social inclusion of persons with disabilities in Brazil. The research is bibliographical and documentary, as it carries out a bibliographic survey on the following topics: social inclusion of persons with disabilities, accessibility and social functions of Records and Libraries, in addition to analyzing Law Nº. 12.527/2011, which regulates access to information in Brazil, and Law Nº. 13,146/2015, which establishes the statute of persons with disabilities in Brazil. Themes related to accessibility constitute one of the main guidelines for the discussions on the social inclusion of persons with disabilities. Faced with a scenario of more than 45 million persons with disabilities in Brazil (IBGE, 2010), it appears that there are challenges to be overcome so that this collective can fully enjoy their fundamental rights and guarantees, on an equal basis with others. people. Within the set of the fundamental rights of all citizens is access to public information guaranteed by Law Nº. 12.527/2011, with the publicity of information being one of the principles of public administration, defined in article 37 of the Brazilian Federal Constitution of 1988. In view of this perspective, it is possible to identify that much of the information is gathered in books and documents produced and kept by public institutions, in this way, for these collections to fulfill their social function of disseminating information, it is necessary that the spaces that keeps them have the minimum conditions for management, storage and access to its archival and bibliographic sets of documents, essential for the provision of



services to the population. That said, providing adequate spaces for reading, study and research also means enabling access to public information, in addition to enabling the democratization of scientific knowledge. In this sense, it is inferred that Archives and Libraries are characterized as spaces for the exercise of democracy, therefore they must follow the prerogatives of Law N°. 12.527/2011 and Law N°. 13,146/2015 taking into account the conditions of architectural accessibility to the places where public information is located.

**Keywords:** Information access. Person with disabilities. Architectural accessibility. Public Records. Public Libraries.

**Recebido/ Received: 13/09/2022**  
**Aceito/ Accepted: 20/10/2022**  
**Publicado/ Published: 15/11/2022**